

ATA DA 27ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO  
FÓRUM AMAZONENSE DE MUDANÇAS  
CLIMÁTICAS, BIODIVERSIDADE, SERVIÇOS  
AMBIENTAIS – FAMC, realizada em 25 de  
novembro de 2020.

1  
2  
3  
4  
5  
6  
7

8 Aos vinte e cinco dias de novembro do ano de dois mil e vinte, foi realizada a Vigésima  
9 Sétima Reunião Ordinária do Fórum Amazonense de Mudanças Climáticas,  
10 Biodiversidade, Serviços Ambientais - FAMC, pelo sistema eletrônico da Microsoft  
11 (Plataforma TEAMS), onde foi discutida a seguinte pauta 1. Abertura da reunião pelo  
12 Presidente do FAMC; 2. Informes gerais; 3. Leitura e aprovação da ata da 5ª Reunião  
13 Extraordinária do FAMC, realizada nos dias 22 de outubro e 05 de novembro de 2020,  
14 respectivamente; 4. Aprovação do Calendário de reuniões para o exercício de 2021; 5.  
15 Apresentação sobre o “Projeto Estratégia para a Construção do Arcabouço Técnico e  
16 Jurídico para a Reposição Hídrica no Estado do Amazonas”; 6. O que houver. **Estiveram**  
17 **presentes as seguintes instituições e seus respectivos representantes:** Eduardo  
18 Taveira (SEMA), Luzia Raquel Q. R. Said (SEMA), Radyr Júnior (AAM), Janeth  
19 Fernandes da Silva (AENAMBAM), Fernando Shoji (AENAMBAM), Jaci Saraiva  
20 (CENSIPAM), Sérgio Roberto Bulcão Bringel (CERH), Clodoaldo Ramos Pontes (CNS),  
21 Gabriela Sampaio (FAS), Juan Mário (FAEA), Muni Lourenço Silva Júnior (FAEA), Renée  
22 Fagundes (FIEAM), Ana Cristina Ramos (FVA), Adenilde Pinto de Almeida (GTA), Luiz  
23 Rocha Maciel (IDAM), Victoria Bastos (IDESAM), Thiago Flores dos Santos (OAB/AM),  
24 Edmar Lopes Magalhães (SEDECTI), Eduardo Rizzo Guimarães (SEPROR), Filipe  
25 Eduardo Danielli (SUFRAMA), Henrique dos Santos Pereira (UFAM) e Kátia Viana  
26 Cavalcante Entrou (UFAM). **Participaram como convidados/ouvintes:** Francisco  
27 Itamar Melgueiro (SEMA), Alex Batista (CBC), Victor Anequini (CBC), Marcela Michiles  
28 (SEMA), Juliana Speranza (convidada), Carolina Moro (RMA), Fernanda Rotta (RMA),  
29 Kiviane Ribeiro (FAS), Leticia Cobello (FAS), Karla Maia (Convidado), Lyvia Amado de  
30 Oliveira (convidada), Glauce Maria Tavares Monteiro (SEMA), Larissa Cristina da Costa  
31 Pinto (SEMA) e Fernanda Charbel Clemente de Melo. **Instituições ausentes:** ADS,  
32 CEMAAM, COIAB, CREA, DEFESA CIVIL, DNPM/ANM, EMBRAPA, FETAGRI, FOPES,

33 FUNAI, IPAAM, GREENPEACE, IBAMA, ICMBIO, IMMET, INCRA, INPA, IPE, ISA, PGE,  
34 SEDUC, SECT, SEINFRA, SEMMAS, CESIPAM, UEA, SES-AM/FVS e WWF BRASIL.  
35 Após atingir o quórum, às 9h40min, a **Secretária Executiva do FAMC, Luzia Raquel Q.**  
36 **R. Said**, presidiu a sessão, agradecendo a participação de todos os presentes e dando  
37 início a leitura da Ata da 5ª Reunião Extraordinária do FAMC, realizada nos dias 22 de  
38 outubro de 2020. A **conselheira representante da FVA, Ana Cristina Ramos**,  
39 questionou a transcrição da fala da conselheira Vitória Bastos (IDESAM) às linhas 128 e  
40 129, no entanto, a presidente da sessão solicitou que a mesma esperasse até o início  
41 da análise da página citada. A **conselheira representante do CENSIPAM, Jaci**  
42 **Saraiva**, pediu que o nome de sua instituição fosse corrigido. A **presidente da sessão,**  
43 **Luzia Raquel Q. R. Said**, pediu que a conselheira Vitória Bastos se manifestasse sobre  
44 a passagem de fala anteriormente questionada, no entanto, devido a problemas de  
45 conexão, a mesma não conseguiu se expressar. A **presidente da sessão, Luzia Raquel**  
46 **Q. R. Said**, pediu então que a conselheira Ana Cristina Ramos que apresentasse seus  
47 questionamentos. A **conselheira representante da FVA, Ana Cristina**, afirmou que a  
48 passagem ficou truncada e que seria preciso que Vitória se manifestasse, mas que na  
49 forma atual não haveria prejuízo para aprovação. A **conselheira representante do**  
50 **IDESAM, Vitória Bastos**, afirmou que havia enviado a secretaria executiva suas  
51 colaborações textuais na minuta e consentiu que a redação da Ata permanecesse  
52 inalterada. Assim, finalizou-se a análise da Ata da 5ª Reunião Extraordinária do FAMC,  
53 realizada nos dias 22 de outubro de 2020, que foi considerada **APROVADA**. A  
54 **presidente da sessão, Luzia Raquel Q. R. Said**, prosseguiu então para a leitura da Ata  
55 de continuação da 5ª Reunião Extraordinária do FAMC, realizada em 05 de novembro  
56 de 2020. O **conselheiro representante do CERH, Sérgio Roberto Bulcão Bringel**,  
57 pediu uma correção ortográfica no seu nome e sem manifestações adicionais, a ata foi  
58 considerada **APROVADA**. A **conselheira representante da FVA, Ana Cristina**, pediu  
59 que futuramente as minutas aprovadas em plenária estejam sempre anexadas às Atas.  
60 A **presidente da sessão, Luzia Raquel Q. R. Said**, concordou e acrescentou que a  
61 minuta ainda seguirá para análise e deliberação no CEMAAM; prosseguiu então para a  
62 apresentação da sugestão do calendário de reuniões do FAMC em 2021. O **conselheiro**

63 **representante da SEDECTI, Edmar Lopes**, sugeriu adiar a reunião de fevereiro para  
64 março, devido ao período de férias em sua organização. O **conselheiro representante**  
65 **do CERH, Sérgio Roberto Bulcão Bringel**, acrescentou que a reunião estaria prevista  
66 para a véspera de carnaval. O **conselheiro representante da AAM, Radyr Júnior**,  
67 concordou que o adiamento seria favorável para a sua instituição pois em fevereiro  
68 ocorrem as eleições da AAM. A **presidente da sessão, Luzia Raquel Q. R. Said**,  
69 afirmou que este atraso se refletiria em todas as demais datas das reuniões. O  
70 **conselheiro representante da SEDECTI, Edmar Lopes**, sugeriu que fosse postergado  
71 para o final de fevereiro. A **presidente da sessão, Luzia Raquel Q. R. Said**, propôs  
72 então a data 25 de fevereiro de 2021, que sem manifestações contrárias, foi considerado  
73 **APROVADO**. Seguiu-se então para o quinto item de pauta: Apresentação sobre o  
74 “Projeto Estratégia para a Construção do Arcabouço Técnico e Jurídico para a Reposição  
75 Hídrica no Estado do Amazonas”. A **presidente da sessão, Luzia Raquel Q. R. Said**,  
76 passou a palavra à **Marcela Michiles**, que afirmou que a consultoria Rotta e Moro  
77 Advogados iria dar prosseguimento à apresentação. **Marcela Michiles** iniciou afirmando  
78 que os conselheiros já eram familiarizados com pagamentos por serviços ambientais,  
79 principalmente relativos ao REDD+, e agora o tema seria a reposição hídrica. Ela afirmou  
80 que o executor do projeto seria a FAS, supervisionada pela SEMA, com recursos  
81 oriundos da COCA-COLA; acrescentou que a execução ocorre desde 2019 e se  
82 estenderá até março de 2021. Assinalou que o resumo executivo do projeto, que  
83 demonstra a metodologia foi enviado previamente por e-mail aos conselheiros, e  
84 apresentou o objetivo do projeto; afirmou que o programa regulamentaria uma parte dos  
85 programas já identificados na lei de serviços ambientais e apresentou a linha lógica do  
86 projeto, afirmando que no momento o componente dois está sendo executado, onde são  
87 feitas as compilações de dados e organização das normas jurídicas correlatas ao tema.  
88 afirmou que no componente 1 a consultoria contratada entregou o produto, sobre a  
89 pegada hídrica, executado pela consultora Juliana Speranza. afirmou que ainda no  
90 componente 1 fora realizado um estudo sobre a valorização econômica dos recursos  
91 hídricos, executado pelo Marcos Amend. **Marcela Michiles** afirmou que este estudo irá  
92 possivelmente contribuir para a elaboração de uma minuta de decreto e passou a palavra

93 às representantes da consultoria Rotta e Moro Advogados. **Fernanda Rotta (RMA)**  
94 apresentou-se como advogada e mestrandia em direito ambiental, acrescentou que tem  
95 um escritório especializado em direito ambiental, clima e sustentabilidade com sua sócia  
96 Carol Moro. **Fernanda Rotta (RMA)** apresentou seu material de consulta e salientou as  
97 especificidades do Amazonas referente aos recursos hídricos. Apresentou os maiores  
98 problemas hídricos identificados, que estariam ligados a qualidade e quantidade de  
99 água, e também às áreas protegidas. Afirmou que a maior parte da população ocupa  
100 áreas de várzea, e não dispõe de tratamento de esgoto. Apresentou o conceito de  
101 pagamento por serviços ambientais, que são voluntários e usados como complementos  
102 à outras políticas, sendo considerados política de incentivo. **Carolina Moro (RMA)**  
103 complementou dizendo que na Lei Estadual n.º 4.266/2015 estão descritos os  
104 programas de serviços ambientais, como o REDD. Argumentou que os recursos hídricos  
105 estão interligados a todos os itens previstos nos serviços ecossistêmicos: provisão,  
106 suporte, regulação e cultural. **Fernanda Rotta (RMA)** citou o conceito de PSA Hídrico e  
107 exaltou a necessidade de interlocução na construção de políticas hídricas. A  
108 **conselheira representante do CESIPAM, Jaci Saraiva**, questionou o conceito de  
109 regulação hídrica e qual seriam as medidas e indicadores utilizados. **Fernanda Rotta**  
110 **(RMA)** respondeu que a regulação hídrica seria um serviço ecossistêmico afetado pela  
111 intervenção antrópica e que os indicadores seriam definidos pela equipe técnica, pois o  
112 foco do trabalho seria beneficiar aqueles que promovem a conservação ambiental. A  
113 **conselheira representante do CESIPAM, Jaci Saraiva**, observou que alguns exemplos  
114 citados são mensuráveis, como a precipitação, no entanto, regulação hídrica seria algo  
115 abstrato sem possibilidade de inferir valores. **Fernanda Rotta (RMA)** acrescentou que o  
116 slide trazia alguns exemplos de serviços ecossistêmicos para ilustrar os pagamentos de  
117 serviços ambientais. O **assessor da SEMA, Francisco Itamar**, pediu que os  
118 questionamentos fossem realizados ao final da apresentação. A **conselheira**  
119 **representante do CESIPAM, Jaci Saraiva** e o **conselheiro representante do CERH,**  
120 **Sérgio Bringel**, manifestaram-se contrários a metodologia adotada. O **presidente do**  
121 **FAMC, Eduardo Taveira**, assinalou que a apresentação cumpre o papel de abordar a  
122 discussão de PSA Hídricos no fórum legítimo, o FAMC, uma vez que o Estado do

123 Amazonas prossegue nos trabalhos de regulamentação da Lei de Serviços Ambientais,  
124 buscando identificar por meio de estudos os serviços ambientais que possam ser  
125 regulamentados, atingindo o objetivo de valoração, onde a conservação dos biomas e  
126 serviços possa se consolidar como economia, especialmente para o interior. Afirmou que  
127 a consultoria tem como objetivo apontar caminhos para regulamentação dos serviços  
128 ambientais dos recursos hídricos, aos moldes do REDD+. Assinalou que a união dos  
129 aspectos técnicos, científicos e jurídicos é, a nível nacional, uma perspectiva inovadora  
130 do uso da LSA para criar uma metodologia que possa qualificar todos os processos que  
131 envolvam os recursos hídricos. **Fernanda Rotta (RMA)** frisou que é uma iniciativa sem  
132 precedentes devidos às características únicas do Amazonas. O **conselheiro**  
133 **representante do CERH, Sérgio Bringel**, questionou quais os parâmetros propostos  
134 para a qualidade da água citada na apresentação. **Fernanda Rotta (RMA)** respondeu  
135 que estes ainda não foram propostos, e abordou o diagnóstico feito pelo plano de  
136 recursos hídricos. O **conselheiro representante do CERH, Sérgio Bringel**, assinalou  
137 que espera que as características físico-químicas naturais sejam observadas ao  
138 estabelecer os padrões de qualidade desejados. **Carolina Moro (RMA)** confirmou que  
139 as características regionais serão observadas na elaboração da política e  
140 implementação do programa específico, mas não serão citados diretamente no decreto.  
141 Abordou então a identificação dos provedores e recebedores, onde o provedor promove  
142 os serviços ambientais e, enquanto recebedor, é remunerado por isso. **Fernanda Rotta**  
143 **(RMA)** demonstrou quem seriam os pagadores por estes serviços, no caso as indústrias,  
144 ramo da navegação, turismo, abastecimento, mineração, dessedentação animal,  
145 geração de energia, pesca e aquicultura e irrigação seriam ramos financiadores, que  
146 poderiam prover estes benefícios econômicos, não necessariamente financeiros, às  
147 pessoas que alcançarem as metas de conservação estabelecidas. **Carolina Moro**  
148 **(RMA)** afirmou que as contrapartidas poderão ser financeiras e direcionadas a pessoas  
149 físicas ou para comunidades/associações; podem ser não monetárias, na forma de  
150 materiais, equipamentos, insumos, cursos e capacitações etc. **Fernanda Rotta (RMA)**  
151 apontou os possíveis eixos de ação, que seriam: turismo das águas e áreas protegidas;  
152 nascentes e matas ciliares; qualidade da água em ambientes urbanos; rios voadores;

153 projetos inovadores (que possam vir a integrar os programas, como forma de  
154 participação social). Ressaltou que as salvaguardas devem ser diretrizes, mesmo que  
155 não descritas no decreto, de forma a resguardar os jovens, as mulheres etc. **Carolina**  
156 **Moro (RMA)** explicou o formulário de sugestões que seria disponibilizado aos  
157 conselheiros após a reunião, afirmando que posteriormente o projeto terá uma etapa de  
158 oficinas. **Letícia Cobello (FAS)** apresentou-se como coordenadora do projeto, afirmou  
159 estar alinhada com a visão da continuidade do processo, apoiado pela SEMA, onde o  
160 PSA é tratado como alavancador de benefícios sociais. No contexto da pandemia há  
161 uma dificuldade maior em promover as oficinas que foram realizadas no projeto do  
162 REDD+, mas as etapas participativas já deram início, com a apresentação das  
163 consultorias sobre o desenho estratégico e com a coleta de contribuições. Ressaltou a  
164 importância da participação de todos na resposta ao formulário. O **presidente do FAMC,**  
165 **Eduardo Costa Taveira,** explicou um pouco do histórico do projeto de PSA Hídrico,  
166 dizendo que a FAS e a COCA-COLA tiveram a iniciativa de apresentar ao Estado do  
167 Amazonas, através dessa metodologia, alternativas de PSA baseadas no arcabouço  
168 legal. Ressaltou que os custos relacionados a manutenção da floresta em pé atualmente  
169 não são recompensados da maneira que deveriam, desde a formação das chuvas à  
170 regulação climática. Afirmou que no REDD+ foi feito o mesmo trabalho, ao chamar  
171 atenção para um ativo ambiental de suma importância, sendo esta a oportunidade de  
172 quantificar e qualificar este ativo ambiental como ativo econômico, importante para a  
173 própria manutenção ecossistêmica. O **conselheiro representante da SEDECTI, Edmar**  
174 **Lopes,** elogiou a apresentação realizada e salientou a importância da regulamentação  
175 de qualquer atividade, sendo necessário observar quaisquer empecilhos na execução.  
176 Afirmou que seu trabalho na SEDECTI é propor ações de desenvolvimento  
177 socioeconômico ao interior, acrescentou que a água é fundamental para qualquer  
178 atividade e pediu que a apresentação fosse disponibilizada bem como um comparativo  
179 das ações similares executadas internacionalmente. Assinalou que o rio Amazonas não  
180 tem dragagem para definir o leito de navegação, com áreas sujeitas a secas; acrescentou  
181 que o Equador e Perú está fazendo a dragagem para implantar a calha manta e  
182 estabelecer a navegação e escoação da produção, sendo preciso trazer estes estudos

183 para criar uma regulamentação efetiva. Afirmou que deve ser feito um processo de  
184 educação ambiental e valorização dos moradores de várzeas; explanou a necessidade  
185 de navegação em todos os pontos, inclusive onde houver a implantação de hidrelétricas.  
186 Citou os índices altimétricos da bacia Amazônica e outros estudos, que devem ser  
187 considerados na elaboração dos programas. Sugeriu por fim que a marinha e os órgãos  
188 públicos produtivos possam agir conjuntamente para realizar isto. **O Presidente do**  
189 **FAMC, Eduardo Taveira**, agradeceu as contribuições do conselheiro e assinalou que a  
190 regulamentação dos recursos hídricos já foi feita no âmbito do CERH, sendo esta  
191 discussão sobre formas de beneficiar os serviços ambientais que a floresta já realiza a  
192 partir do ciclo hídrico, buscando utilizar estes recursos para apoiar a produção de baixo  
193 impacto, fomentando, por exemplo, a atividade de produtores que estão garantindo a  
194 manutenção de sua reserva legal; portanto, neste momento estão sendo elaborados os  
195 mecanismos legais para valorar os serviços ambientais que já estão sendo prestados  
196 mas, até o momento, não remunerados. Acrescentou que todas as áreas protegidas  
197 ajudam na manutenção do ciclo hidrológico, mas esta conservação deve ser revertida  
198 em benefícios aos atores envolvidos, ribeirinhos, produtor rural, indígenas etc. **O**  
199 **conselheiro representante do CERH, Sérgio Bringel**, concordou sobre a necessidade  
200 de executar um estudo detalhado, conforme explanou o conselheiro Edmar Lopes, e  
201 pediu que a apresentação fosse encaminhada previamente aos conselheiros. A  
202 **assessora do FAMC, Glauce Tavares**, explicou que não enviou com antecedência pois  
203 a recebeu na véspera da reunião, mas confirmou que iria encaminhar a todos após o  
204 encerramento da sessão. **O Presidente do FAMC, Eduardo Taveira**, desculpou-se com  
205 o pleno e afirmou que isto não se repetiria. **Letícia Cobello (FAS)** explicou o motivo da  
206 demora no envio, acrescentou que esta mesma apresentação será feita nos outros  
207 colegiados e ressaltou que o formulário de sugestões permitirá o acolhimento das  
208 contribuições. **O assessor da SEMA, Francisco Itamar Melgueiro**, frisou que a  
209 apresentação e o formulário serão encaminhados a todos e reforçou que a ideia é que o  
210 decreto possa regulamentar o programa de conservação dos recursos hídricos, que visa  
211 o pagamento por ações e projetos que promovam a conservação dos ativos hídricos no  
212 Estado do Amazonas; proteção dos mananciais e áreas florestais, geradoras dos

213 serviços hídricos; assim como redução de emissão de poluentes nos recursos  
214 hidrológicos do Estado. Sendo este o objetivo geral em foco, apesar da temática anterior  
215 de pagamento de serviços hídricos por outorga. O **conselheiro representante do CNS,**  
216 **Clodoaldo Ramos Pontes,** afirmou que a prioridade desta sessão é a necessidade de  
217 apresentar os indicadores para controle durante as apresentações, sendo muito focada  
218 a política do processo, mas responder tecnicamente como o programa irá promover este  
219 pagamento por serviços ambientais dos recursos hídricos. Criticou os apontamentos  
220 feitos pelo conselheiro representante da SEDCTI, afirmando que as comunidades já têm  
221 estabelecidas as relações intrínsecas com a natureza, sem a necessidade de educação  
222 para promover a conservação. O **Presidente do FAMC, Eduardo Taveira,** concordou  
223 que a parte técnico-científica deve ser aprofundada, sendo preciso verificar como se  
224 daria a execução do programa. A **conselheira representante do CESIPAM, Jaci**  
225 **Saraiva,** lembrou que a próxima reunião seria apenas no final de fevereiro e expressou  
226 sua vontade de colaborar com o projeto, solicitou que um GT fosse criado para discutir  
227 a temática. A **consultora da SEMA, Marcela Michiles,** assegurou que esta é apenas a  
228 primeira apresentação, que futuramente as discussões serão ampliadas e que o  
229 formulário poderá prover esta necessidade. O **Presidente do FAMC, Eduardo Taveira,**  
230 concordou com a criação de uma Câmara Técnica de assessoramento à temática. A  
231 **conselheira representante da FVA, Ana Cristina Ramos,** concordou que o formulário  
232 não seria suficiente, mas que uma comissão poderia ser criada no âmbito do CEMAAM,  
233 com especialistas, conselheiros e a consultoria. A **Secretária Executiva do FAMC,**  
234 **Luzia Raquel Q. R. Said,** assinalou que no âmbito do FAMC poderia ser criada uma  
235 Câmara Temática ou Grupo de Trabalho, enquanto que no CEMAAM seria uma Câmara  
236 Técnica. O **Presidente do FAMC, Eduardo Taveira,** sugeriu manter no âmbito do FAMC  
237 o GT e posteriormente encaminhar os trabalhos à CTASSJUR do CEMAAM. A  
238 **conselheira representante do GTA, Adenilde Pinto,** pediu que o CERH tivesse  
239 representação no GT. O **Presidente do FAMC, Eduardo Taveira,** deu início à formação  
240 do GT. A **conselheira representante do CESIPAM, Jaci Saraiva,** afirmou que o  
241 CENSIPAM faria parte do GT, devido à capacitação do corpo técnico. O **conselheiro**  
242 **representante do CERH, Sérgio Bringel,** manifestou interesse em participar do GT



243 para a criação do decreto. O **conselheiro representante da SEDECTI, Edmar Lopes,**  
244 manifestou o interesse da instituição em participar do GT. O **conselheiro representante**  
245 **da UFAM, Henrique dos Santos Pereira,** manifestou via chat, o interesse da instituição  
246 em participar do GT. **O Presidente da sessão, Eduardo Taveira,** pediu que no caso de  
247 mais alguém apresentar interesse em participar do GT, este (a) poderia manifestar-se no  
248 grupo de mensagens instantâneas. **Alex Batista (CBC)** pediu a palavra para requisitar  
249 que os trabalhos do GT de Bioeconomia prossigam em março de 2021, no âmbito do  
250 FAMC e com o apoio técnico do Centro Brasil do Clima – CBC. **O Presidente da sessão,**  
251 **Eduardo Taveira,** concordou e sugeriu a inclusão do tema na pauta da próxima reunião,  
252 agradeceu a presença e colaboração de todos e deu por encerrada a Vigésima Sétima  
253 Reunião Ordinária do FAMC às 11h40min. Eu, Glauce Maria Tavares  
254 Monteiro\_\_\_\_\_, Assessora dos Colegiados da SEMA, lavrei a presente ATA,  
255 onde consta a frequência da reunião, extraída da plataforma TEAMS, a ser assinada por  
256 todos os presentes no retorno das reuniões presenciais.

257

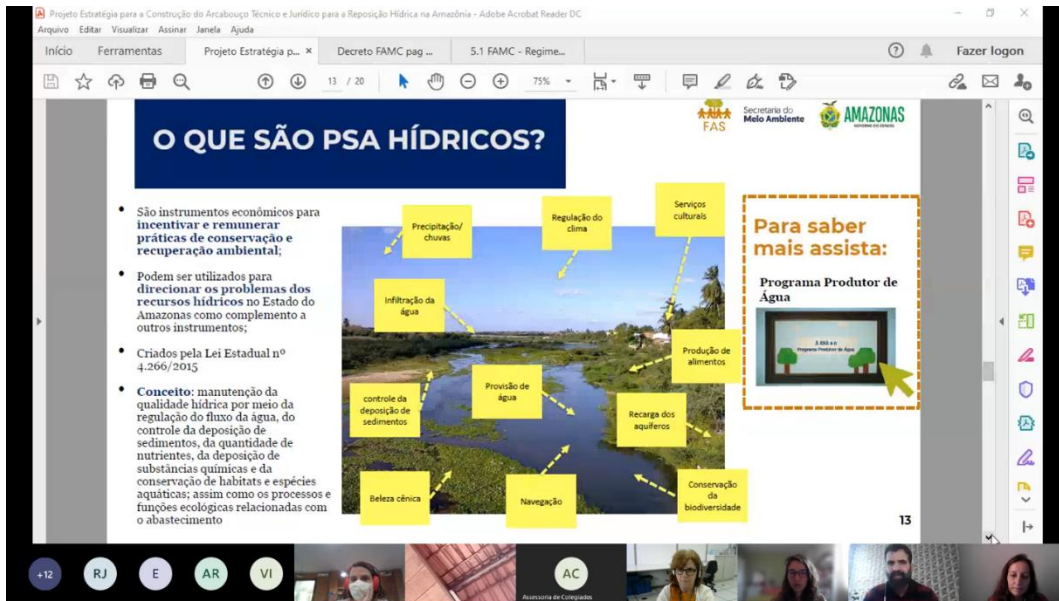
258 **Conselheiros (as) presentes:**

Nome	Instituição	Entrada	Rubrica
Eduardo Taveira	SEMA	25/11/2020 09:52	
Luzia Raquel Q. R. Said	SEMA	Presencial	
Radyr Júnior	AAM	25/11/2020 09:37	
Janeth Fernandes da silva	AENAMBAM	25/11/2020 09:45	
Fernando Shojii	AENAMBAM	25/11/2020 09:05	
Jaci saraiva	CENSIPAM	25/11/2020 09:24	
Sérgio Roberto B. Bringel	CERH	25/11/2020 09:09	
Clodoaldo Ramos Pontes	CNS	25/11/2020 09:07	
Gabriela Sampaio	FAS	25/11/2020 09:14	
Juan Mário	FAEA	25/11/2020 09:34	
Muni Lourenco Silva Júnior	FAEA	25/11/2020 09:15	
Renée Fagundes Veiga	FIEAM	25/11/2020 09:03	

Ana Cristina Ramos	FVA	25/11/2020 09:18	
Adenilde Pinto de Almeida	GTA	25/11/2020 09:31	
Luiz Rocha Maciel	IDAM	25/11/2020 09:03	
Victoria Bastos	IDESAM	25/11/2020 09:09	
Thiago Flores dos Santos	OAB/AM	25/11/2020 09:09	
Edmar Lopes Magalhães	SEDECTI	25/11/2020 09:03	
Eduardo Rizzo Guimarães	SEPROR	25/11/2020 09:40	
Filipe Eduardo Danielli	SUFRAMA	25/11/2020 09:49	
Henrique dos Santos Pereira	UFAM	25/11/2020 09:03	
Kátia Viana Cavalcante	UFAM	25/11/2020 09:27	
Alex Batista	CBC	25/11/2020 11:28	
Victor Anequini	CBC	25/11/2020 09:03	
Marcela Michiles	SEMA	25/11/2020 09:03	
Carolina Moro	RMA	25/11/2020 09:03	
Juliana Speranza		25/11/2020 09:03	
Fernanda Rotta	RMA	25/11/2020 09:03	
Kiviane Ribeiro	FAS	25/11/2020 09:14	
Leticia Cobello	FAS	25/11/2020 09:03	
Karla Maia	-	25/11/2020 09:03	
Lyvia Amado de Oliveira	CONVIDADA	25/11/2020 09:40	
Glauce Maria T. Monteiro	SEMA	25/11/2020 09:03	
Francisco Itamar Melgueiro	SEMA	Presencial	
Larissa Cristina da C. Pinto	SEMA	Presencial	
Fernanda Charbel C.de Melo	SEMA	Presencial	

260

Registro fotográfico da reunião às 10h25min:



261

262

Registro fotográfico do encerramento da reunião às 11h40min:



263

264

265

Secretaria Executiva do FAMC.